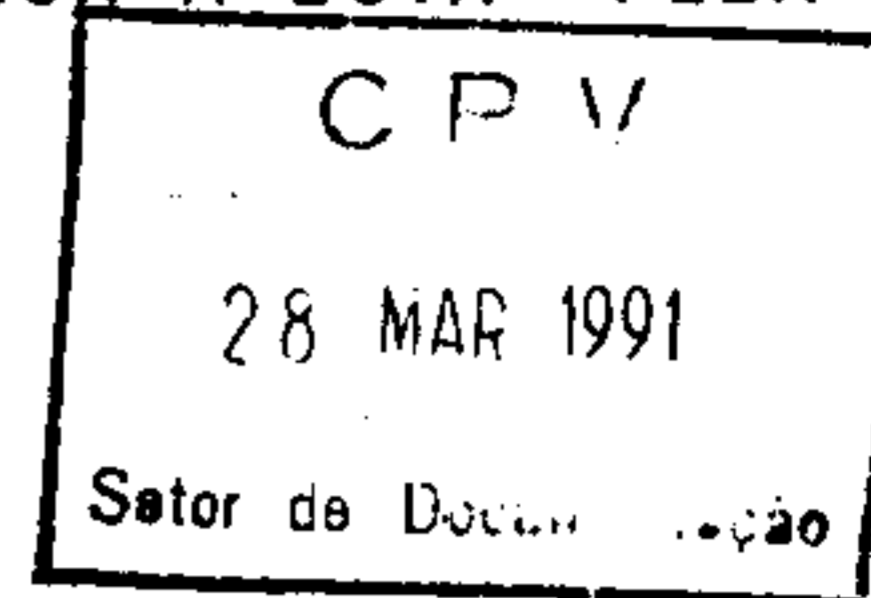


TER

CARTA DA 11a. ASSEMBLÉIA NACIONAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA AOS AGRICULTORES, PESCADORES, GARIMPEIROS DE TODO O BRASIL, AOS AGENTES PASTORAIS, RELIGIOSAS, PADRES, PASTORES E BISPOS COMPROMETIDOS COM A LUTA PELA TERRA.



Companheiros e Companheiras,

Nós, trabalhadores rurais, junto com pescadores, garimpeiros, bispos, pastores, padres, religiosas e agentes pastorais, ligados ao trabalho da terra, debatemos e estudamos nesta Assembléia da CPT vários assuntos. Queremos comunicar a vocês o que foi concluído de nossa conversa:

A situação da terra

A terra, no Brasil, continua privilégio de uns poucos. A maior parte da produção agrícola é fruto do trabalho dos pequenos e médios agricultores, mas a maior parte da terra do país está nas mãos dos grandes proprietários que quase nada produzem. Para os grandes proprietários, a terra é capital, é lucro. Como denunciavam os antigos Profetas, eles querem juntar terra sobre terra, expulsando os agricultores, contratando jagunços, dando cobertura a grileiros, subornando a polícia e a justiça, atirando o povo trabalhador na estrada do desamparo e da miséria.

Nos últimos anos, os agricultores estão tomando consciência dos seus direitos e unindo suas forças em organizações de base. A Igreja, em sua "opção preferencial pelos pobres" (Puebla), procura colocar-se ao lado da causa dos oprimidos e, junto com eles, também vem sendo ameaçada, perseguida e, muitos de seus membros, presos e assassinados.

Essa realidade só comprova como é grave a situação da posse e uso da terra em nosso país e como é urgente encontrar os caminhos capazes de conduzir os agricultores, os pescadores, os garimpeiros, à terra prometida da liberdade e da justiça.

A respeito da luta pela terra, decidimos apoiar os trabalhadores nas seguintes reivindicações:

1. Na luta pela Reforma Agrária, porque acreditamos que a terra é de quem nela trabalha e vive;
2. Nas lutas de resistência à opressão e exploração;
3. No direito do trabalhador rural que não tem terra, inclusive dos que foram expulsos da terra, de tomar posse de á

reas produtivas não cultivadas dos grandes latifúndios e das terras públicas:

4. Nos casos de expulsão da terra, a não aceitar indenizações. A terra se troca pela terra.

e decidimos também:

1. Procurar conhecer as leis que defendem o trabalhador rural, o pescador, o garimpeiro, e as causas da migração, lutando pela fixação do homem à terra;

2. Denunciar a devastação da Amazônia e a expulsão de agricultores, habitantes de áreas em que o governo implanta projetos de irrigação e barragens;

3. Apoiar a luta dos pescadores, expulsos das praias pelo turismo e pela urbanização desenfreada. Denunciar as usinas e indústrias que poluem os rios, envenenando as águas e matando os peixes, pondo em risco a vida das próprias pessoas;

4. Fazer pressão contra o uso indiscriminado de produtos químicos na agricultura, que ameaça a vida da terra e do homem.

A respeito da luta sindical, decidimos:

1. Continuar apoiando o sindicato como órgão de classe dos trabalhadores. Incentivar a maior participação nos sindicatos. Valorizar a oposição sindical que quer renovar o sindicato e mudar a estrutura do sindicalismo ligada ao governo;

2. Em cada região, buscar meios para o surgimento de organizações de base, sobretudo de delegacias sindicais;

3. Incentivar sempre mais as maneiras de os trabalhadores viverem organizados, pois a união dá força contra os "pacotes agrícolas", os grileiros, os jagunços, os atravessadores ou intermediários;

4. Dar todo o nosso apoio ao direito que pescadores e garimpeiros têm de se organizar e criar livremente os órgãos de classe;

5. Apoiar a luta para que o INAMPS (FUNRURAL) seja, de fato, uma forma de o Estado devolver ao povo o muito que é a ele entregue, na forma de impostos, taxas e produtos.

A Respeito da luta política, decidimos:

1. Tendo em vista que temos sido traídos, enganados, por muitos políticos, vamos, neste momento de reforma política e de criação de novos partidos, participar para impedir que as "velhas raposas apareçam com pele de ovelha";

2. Lutar para que as novas propostas políticas valorizem as organizações de base, sejam integradas por trabalhadores do campo

e da cidade e, no seu programa e na sua ação, busquem realizar as necessidades e aspirações do próprio povo trabalhador;

3. Discutir política, para que os trabalhadores rurais e agentes pastorais não sejam mais uma vez, enganados por conversa de quem não vive ligado aos interesses dos trabalhadores. Entendemos que os trabalhadores rurais não podem abrir mão de exigências políticas como: a Reforma Agrária, a Justiça Agrária, o fim do "pacote agrícola", o crédito ao alcance do pequeno agricultor, a mudança da estrutura sindical, o fim da interferência do INCRA nas iniciativas do pequeno e médio agricultor.

A respeito de nossa vida de fé:

Pela fé na palavra de Jesus e pelo batismo, somos a Igreja no meio rural, organizada na forma de Comunidades Cristãs de Base, onde brotam os grupos da CPT. Por nossa esperança e coragem na luta, denunciando profeticamente as injustiças, queremos dar provas da Justiça de Deus.

Por isso, decidimos:

1. Apoiar e defender todos aqueles que, comprometidos com a luta pela terra, sofrem perseguições, processos ou são presos. À luz do Evangelho, somos solidários com todos aqueles que assumem com a vida a causa de libertação dos oprimidos;

2. Aprofundar sempre mais a nossa fé e capacidade de amar, valorizar as celebrações populares, como cultos, cânticos, rezas e romarias, como lugares em que a vida de Deus alimenta o compromisso com a libertação;

3. Como órgão pastoral, não fazer da CPT uma forma de organização de todos os agricultores, mas que ela ajude a criar formas autônomas de organização, onde todos, sem distinção de crença, estejam unidos nos mesmos interesses de classe;

4. De acordo com Puebla, respeitar a fé de nosso povo e ajudá-la a desabrochar em sua dimensão social e política, para que todo aquele que se abrir à vida de Cristo, faça da própria vida um dom à libertação de todos os oprimidos de nossa terra;

5. Aprofundar sempre mais a Teologia da Terra, isto é, os fundamentos de nossos direitos sobre a terra que se encontram na Palavra de Deus e nos documentos da Igreja.

Ao terminar esta carta, apelamos a todas as mulheres do meio rural, para que participem das organizações de base e das lutas pela terra, pondo fim ao machismo e à opressão dentro das próprias famílias.

Com nosso abraço solidário, no Senhor da Libertação

Goiânia, aos 29 de setembro de 1979.

Ila. Assembléia Nacional da Comissão Pastoral da Terra.